

Armando de Miranda: do jornalismo regional ao jornalismo dedicado ao cinema. Etapas de um percurso.

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa

O texto traça o percurso de Armando de Miranda (1904-1975), que abraçou o jornalismo desde muito cedo, antes de passar a uma actividade de maior criatividade e risco, o cinema. Ambas se apoiavam economicamente noutra profissão, a de empregado bancário. Regionalismo e nacionalismo moderado, assim como uma paixão enorme pelo cinema, imperaram numa carreira de amador durante anos afastado dos centros de decisão (nascera e vivia no Algarve) e que procurou traçar amizades com figuras culturais marcantes da época, caso de António Ferro. Por não constituir o centro do objecto de investigação, não se estuda tal aproximação nem a sua produção cinematográfica quer em termos de longas quer em curtas-metragens.

Dividiu-se o texto atendendo: 1) ao percurso profissional do jornalista, 2) à análise organizativa e sociológica do jornalismo da época, com base nos dados observados nas próprias publicações. Procurou responder-se às seguintes questões: que tipo de jornalismo regional? Quais as referências jornalísticas da época? Como evoluiu o jornalista ao longo do seu percurso individual? A metodologia do trabalho assentou em pesquisa documental, mormente na imprensa em que participou o próprio jornalista.

1. O jornalismo regional de Armando de Miranda

O primeiro jornal dirigido por Armando de Miranda foi o *Algarbh* (1922), que teria seis números, de quatro páginas cada. A primeira página era preenchida com textos de opinião e comentário e a última dedicada à publicidade. Nesta, ainda se podia ler a mensagem dirigida a “comerciantes e industriais: anunciai no *Algarbh*”.

Semanário que se pretendia regional, o *Algarbh* teve uma forte componente literária, visível quando o director publicou uma *Carta da minha paixão* (26 de Fevereiro de 1922), indicativo da juventude do seu responsável. Ao conteúdo literário juntava-se um

toque ideológico. No editorial do primeiro número (5 de Fevereiro de 1922), afirmava-se contra a política, porque “farto dela está o povo inteiro”. Acima de tudo, procurava “a Ideia Sagrada da Pátria, e a Ideia alevantada da Arte –, tradições gloriosas do sangue azul da nossa Raça”! Encontra-se, aqui, um caldo de valores ideológicos que ferveria no país político nos anos subsequentes, embora Armando de Miranda não volte a usar tal terminologia.

Um mais evidente dispositivo político verificar-se-ia em *O Jornal de Portimão*, que Armando de Miranda dirigiu nos anos cruciais de 1925 e 1926, estertor da I República e começo da Ditadura Nacional. Escrevia-se no número inicial, datado de 2 de Agosto de 1925:

“Há muito tempo se faz sentir em Portimão a falta de um jornal que pugne pelos interesses da cidade, que seja o defensor dos seus direitos, e o porta-voz das suas aspirações. [...] Não teremos, como jornalistas, a devida competência, mas temos, em compensação, a necessária sinceridade. Não faremos outra política que não seja esta: – a defesa e propaganda do Algarve e, nomeadamente, de Portimão. E basta de palavras, que delas estamos fartos, nem a época vai para romances”.

O número de 9 de Agosto de 1925 revelava o seu público-alvo: o jornal interessava a todos, do industrial, comerciante, capitalista e proprietário ao operário e trabalhador, porque não era o órgão de um partido, “mas tão-somente o arauto dos interesses gerais da população”. Editado ao domingo, o custo de *O Jornal de Portimão* começara por ser de \$30, passando para \$40 ao fim de cerca de três meses de actividade. Parte dos números do jornal continha, no cabeçalho, a indicação de “semanário independente”.

Naquele tempo, a situação social e económica não era boa no Algarve. Apesar da pesca, indústria conserveira e fábricas de cortiça e sua comercialização, havia uma bolsa de desemprego alarmante. Os editoriais e os artigos de primeira página foram em crescendo crítico, como nos títulos “Em plena crise. O Algarve à mercê da fome” (2 de Maio de 1926), “A crise do Algarve” (30 de Maio de 1926) e “Bradar no deserto. A província não pode continuar esquecida e desprezada pelos Governos” (16 de Agosto de 1926). Na edição de 10 de Agosto de 1925, lia-se como tema principal:

“Continua, atterradoramente, a crise em Portimão, excedendo um milhar o número de pessoas sem trabalho e sendo duvidosa e arriscada a situação de todos aqueles que apenas do seu trabalho vivem. A questão é gravíssima, e começa a fazer sentir os seus efeitos. Já Portimão pensou, serenamente, nas consequências que podem advir deste estado de coisas”?

Um outro momento de viva intervenção ocorreu durante a campanha eleitoral para a autarquia de Portimão. O partido democrático surgia como vencedor antecipado. Armando de Miranda afirmou pertencer à oposição embora esperasse que o concelho fosse “entregue a mãos honestas, dedicadas e competentes” (22 de Outubro de 1925). Semanas antes, o jornal publicara uma carta aberta à câmara municipal de Portimão:

“Nós não somos democráticos [alusão ao partido democrático], não somos ninguém; não somos contra a Câmara; não somos contra ninguém; nós apenas combatemos processos, nada mais” (20 de Setembro de 1925).

Em 1931, vamos encontrar uma colaboração irregular de Armando de Miranda no *Vibração*, jornal de Silves que se apresenta como semanário republicano. Dos três semanários algarvios em que o jornalista participou, este seria o politicamente mais engajado. Por exemplo, lia-se na edição de 14 de Junho de 1931: “A República. Constitui um dever cívico a inscrição dos verdadeiros republicanos na União Republicana (Frente Única)”. O primeiro nome dessa frente era o general Norton de Matos. O jornal trazia a indicação de visado pela Comissão de Censura, mas esta seria mais apertada nos periódicos de Lisboa e menos vigilante fora da capital.

No semanário *Vibração*, como nos dois jornais que dirigiu em Portimão, Armando de Miranda escreveu poesia (alguma retirada do seu livro de 1926, *Varanda de lilases*) e novelas. Apenas uma vez fez um texto mais politizado (2 de Agosto de 1931), o pequeno poema *Liberdade*:

“Manhã de Julho. Alacridade. /Aromas. Cânticos. Fulgores. /Anda no ar um cheiro a flores /Duma infinita suavidade. //Envolver os campos e a cidade /Uma poalha de esplendores. /E os tentilhões madrugadores /Soltam seu canto em liberdade. //Em liberdade! E a esta ideia /Faz-se-me treva a claridade, /Porque me lembra a alcateia //De lobos vis que, na cidade, /Logo nos levam à cadeia, /Se a gente canta em liberdade”.

2. A aproximação ao cinema e ao jornalismo dedicado à sétima arte

No semanário *Vibração*, encontram-se alguns pequenos artigos sobre cinema e sobre a sala de espectáculos de Silves, assinado pelo pseudónimo Fonofilme. Talvez pertençam a Armando de Miranda. Mas é na revista *Espectáculo* (1936-1937), de que foi director, que aparece identificado com o cinema (e também o teatro). No número inicial da *Espectáculo*, de 13 de Junho de 1936, escrevia na secção “Cortina”:

“Para esses dois ou três actos [do teatro] que gastam duas ligeiras horas a perpassar antes os olhos do público, e que este, quantas vezes, afunda para sempre, irresistivelmente, num simples instante de desagrado ou mau humor, que soma formidável de energias foi precisa! [...] Cérebro em fogo, torturado e febril, o autor escreveu a peça, vivendo-a, sofrendo-a, linha a linha! Vieram depois os compositores que a musicaram, os músicos que a executaram, o maestro que devotadamente a ensaiou! Cenógrafos pintaram os cenários, figurinistas desenharam o figurino, modistas confeccionaram o guarda-roupa, carpinteiros procederam à montagem, electricistas fizeram a distribuição de luzes, caracterizadores emprestaram fisionomia conveniente aos personagens! [...] Assim também com este *Espectáculo* em papel, sobre o qual estamos hoje abrindo a presente *cortina*”.

Era um texto leve a marcar uma revista que tinha uma boa estrutura e colaboradores conhecidos, de que destaco Julião Quintinha e Roberto Nobre. Vivia-se já no tempo do cinema sonoro e da lei dos cem metros a privilegiar a indústria cinematográfica portuguesa (1927). Armando de Miranda – que aproveitaria a lei para se lançar na realização de documentários a exhibir antes do filme de fundo de cada sessão – apurava o seu estilo, como se observaria no número de 17 de Julho de 1936, na coluna “A canção de Lisboa”. Para ele, o cinema tinha de ir além de um mero critério popular:

“Segundo [um cineasta italiano], tudo está bem quando se trata de atender o gosto popular. Se é o público que enche as salas, é necessário dar-lhe aquilo que lhe agrada, ainda que se tenha de remeter a arte às urtigas. Mas os senhores estão convencidos de que as plateias populares não querem outra coisa além do bailarico, da toada ingénua, da vida pitoresca do bairro excêntrico [...]? É preciso acreditar que não existe no nosso país sensibilidade estética bastante divulgada, capaz de amparar tentativas de cinema a sério? Parece-nos que, neste aspecto como noutros, a culpa não é do povo, nem lhe pertencem as responsabilidades da debilidade intelectual e artística que dia a dia mais se acentua”.

A defesa da produção nacional, como Armando de Miranda expressa na “Cortina”, coluna com o estatuto de editorial, aparecia estampada na edição de 20 de Junho de 1936, ao propor a necessidade de “activar e desenvolver a nossa produção cinematográfica”. Havia poucos técnicos, artistas, “capitalistas audaciosos e desempoeirados” e o mercado era restrito. Embora contraditando o que está dito acima, escreveu o jornalista:

“Porque não se tentam, entre nós, os complementos de curta-metragem – em que tanta coisa apreciável, encantadora mesmo, se poderia fazer, com relativamente diminuto empate de capital e dispêndio de trabalho? No género de filmes musicais, por exemplo, muita coisa aceitável e interessante cremos que se faria. Temos, nesse capítulo, por onde escolher no que respeita a artistas, pois não nos faltam, felizmente, músicos, cantores, bailarinos, que dariam excelente matéria-prima para películas de tal natureza”.

Armando de Miranda, na edição seguinte, lembraria a realização de filmes para crianças como uma outra possibilidade de elevar a produção nacional. Apontaria até o exemplo dos cinemas americano e francês, que revelavam “formidáveis pequenos actores, que fazem a admiração dos públicos de todo o mundo”. Convém realçar que, em 1936, se estava no auge da popularidade da programação infantil na rádio, o que concitava interesse também no cinema. E, entre a confiança e a descrença no desenvolvimento do cinema, o director da revista escrevia na edição de 26 de Setembro de 1936:

“se quisermos entender por Cinema Nacional uma indústria organizada, produzindo metódica e regularmente, dando trabalho permanente e efectivo a um certo número, vasto ou escasso, de trabalhadores, possuindo directrizes assentes e definidas, e oferecendo ao país e ao público uma garantia de continuidade e de perene actividade produtiva, teremos, inevitavelmente, de reconhecer e confessar que o Cinema Nacional não existe. Não são, certamente, quatro ou cinco películas que temos apresentado, realizadas, agora uma, tempos depois outra, e cada uma delas, por assim dizer, resultante dum isolado esforço, que nos permitem impor a realidade do Cinema Nacional”.

Era um tempo de consolidação do Estado Novo, e a produção cinematográfica voltava-se para o elogio da obra do regime. Exemplo maior o filme de António Lopes Ribeiro, que também viera da fileira dos jornais e das revistas do cinema, chamado *A revolução de Maio*, então em rodagem. Ao mesmo tempo, criticava-se *O trevo de quatro folhas*, realizado por Chianca Garcia (a partir de argumento de Tomaz Ribeiro Colaço), Leitão de Barros, considerado por Miranda o realizador nacional mais importante, filmava *Bocage*, e anunciava-se a *Canção da terra*, de Jorge Brum do Canto.

Sem grande inovação, o aspecto estético da *Espectáculo* inseria-se na tradição visual de outras publicações. O *layout* da capa dos primeiros cinco números da revista era igual: um desenho representando um palco com pernas de bailarina. Era a primazia do teatro. A partir do número seguinte, a capa passou a trazer o rosto de estrelas de cinema então conhecidas mas já perdidas na memória do tempo. Uma das que persistem é Katherine Hepburn, outra seria Corina Freire, actriz e cantora portuguesa. O cinema ganhava peso.

3. Características dos jornais em que participou Armando de Miranda

Pela leitura e pela publicidade do *Algarbh* e de *O Jornal de Portimão* consegue-se reconstituir um ambiente e uma sociedade. Por um lado, uma linha de continuidade relativamente a publicações mais antigas, assente na literatura – com o folhetim *A lâmpada de Aladino*, conto de *As mil e uma noites*, em *O Jornal de Portimão*, dedicado a uma “leitora gentil” não identificada – e na poesia no *Algarbh*, *O Jornal de Portimão* e *Vibração*, muitas vezes escrita por Armando de Miranda. Tratava-se de um registo peculiar da imprensa regional da época, misturando novelas e poesias com comentário e opinião sobre acontecimentos e factos. O acontecimento, na perspectiva do jornalismo de proximidade, seria menos importante que o veicular das ideias literárias e artísticas. Havia, também, um ideal na época, imbuído de espírito positivista, em que se atribuía à imprensa um papel na formação democrática dos leitores.

Não era importante contar uma história, como o jornalista hoje persegue, mas usava-se a retórica equivalente a um comício ou sessão de tribunal e carregava-se o texto com adjectivos e pontuação (exclamações, interrogações). Tal escrita sincopada e lenta servia para sinalizar emoções e ideias. A escrita aproximava-se da oralidade e da troca epistolar – cartas que descreviam sentimentos e perspectivas pessoais –, ainda sem a noção da objectividade jornalística e do princípio do contraditório, em que importa ouvir as diferentes partes num conflito (Santos, 2005: 88).

Olhando mais de perto para os jornais, salienta-se a manutenção das colaborações, mais visível na maior duração de *O Jornal de Portimão*, o mesmo acontecendo com as rubricas, embora ainda não obedecendo a padrões como hoje os conhecemos das secções. Além disso, os jornais observados não possuíam imagens (fotografias, desenhos, caricaturas). Nesse sentido, eram austeros.

Cada edição continha recados precisos para a governação local. A afirmação de não partidário por parte desses jornais (o jornal não é um partido, é um todo, conforme ideia central em texto de 20 de Setembro de 1925 de *O Jornal de Portimão*) ilustra a passagem da imprensa partidária para a independente. Isso não ocorre, contudo com o semanário de Silves, o *Vibração*, ainda vinculado à ordem antiga dos jornais partidários.

Apesar da escassa profissionalização ou mesmo total amadorismo nos jornais em que Armando de Miranda participou, existiu a aplicação universal de um conjunto de

saberes, como pesquisa de informação e seu tratamento. Podemos designar esse trabalho por jornalismo de proximidade. A recolha de informação era obtida na alfaiataria ou na câmara municipal, pois administradores dos jornais e editores trabalhavam nesses locais, os quais funcionavam mais como espaços de opinião do que locais de fugas de informação. A discussão pública estender-se-ia desses espaços para outros, que reagiam mediados pelo jornal. Isto apesar de cada um dos jornais imprimir, certamente, pequenas tiragens.

Como se organiza uma publicação e quais os seus recursos? Numa pequena entrevista dada a uma revista de cinema, quando Armando de Miranda resolveu emigrar para o Brasil (*Imagem*, 15 de Fevereiro de 1951), transparece a ideia que ele andou a angariar apoios de projecto em projecto. Como empregado bancário e tendo amigos como Julião Quintinha (director de companhia de seguros), Pedro Luís Ferrer (proprietário de fábrica de cortiça e administrador do jornal *Algarbh*) ou José Rosado Nunes (exportador, comerciante e representante de empresas e administrador de *O Jornal de Portimão*), a sua rede de influências estender-se-ia ainda a gestores e aos poderes públicos. Alguma sustentabilidade financeira viria daí. As rubricas ou secções não tinham um carácter fixo, como encontramos hoje nos jornais, mas dependiam da disponibilidade dos seus colaboradores. E as tarefas de entrega da composição na tipografia, distribuição dos exemplares e cobrança de assinaturas competiam, não raras vezes, ao director ou ao editor.

Há ainda a referir uma ligação a António Ferro, através de Julião Quintinha, nascido em Silves, presente na promessa de publicação de um texto do futuro homem forte do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) no semanário *Algarbh*, hipótese nunca concretizável. O isolamento regional pode ter sido responsável pelo insucesso dessa e de outras iniciativas. Em artigo publicado em *O Debate*, Cândido de Sousa (1 de Setembro de 1956) escreveu:

“de todos os «poetas menores» do Algarve é este um dos que mais profundamente tem despertado a minha sensibilidade desde a leitura do seu primeiro livro, pelo lirismo rico de ternura que os seus poemas encerram. Por isso eu tento retirá-lo do esquecimento «voluntário» em que se encontra por ter deixado calar os seus poemas delicados de que tanto havia a esperar”.

Ou, como escreveria Duarte (1976: 3), ao viver longe de grupos e tertúlias, o escritor e o jornalista “foi até hoje mal apreciado, injustamente menosprezado”. Além disso, se os

meios interpessoais geram mais oportunidades de promoção e o afastamento físico da capital leva ao esquecimento, acrescentem-se as dificuldades em termos de comunicação tecnológica sentidas no fabrico e divulgação dos jornais. Na época, o telefone e o telex já tinham um elevado uso. Mas os jornais em que Armando de Miranda trabalhou, caso de *O Jornal de Portimão*, não tinham telefone ligado à redacção, do mesmo modo que os anunciantes indicavam somente a residência como contacto para os negócios, prova que tais tecnologias não eram ainda empregues. O mesmo ocorre com a radiodifusão, que arrancaria no país no momento de publicação de *O Jornal de Portimão*, sem uma só referência ao meio.

Não há números financeiros e de tiragens e audiências dos jornais a que Armando de Miranda pertenceu, como hoje se fazem. Saber do impacto dos jornais regionais daquela época é especulação. Porém, a regularidade de *O Jornal de Portimão*, por exemplo, é garantia de alguma solidez, caso das colaborações e da entrada de publicidade. Nesta segunda, verifica-se mesmo uma permanência dos mesmos anunciantes, alguns em funções ligadas ao próprio jornal, demonstrando uma relação estreita entre fazedores do jornal e apoiantes económicos. Por outro lado, detecta-se um princípio de afirmação da força regional, caso de Portimão, cidade então com algum desenvolvimento económico, embora a par de crises económicas, caso do desemprego, como já referi atrás. Um jornal local é também espelho desses fluxos e refluxos da actividade industrial.

Alguns dos autores dos artigos mantinham pseudónimos como nome. No último número do *Vibração*, pede-se o nome verdadeiro dos articulistas, “praxe jornalística que não dispensamos”, apesar de se aceitar a publicação de artigos sob pseudónimo (23 de Agosto de 1931).

E quem lia? Certamente esse mesmo funcionalismo local, a pequena burguesia de serviços e de produção industrial, alguns proprietários de terras (talvez menos evidente em jornais mais radicais como o *Vibração*) e o operariado esclarecido, conforme deixam a entender artigos do jornal de Silves e de *O Jornal de Portimão*. Quando os jornais apontam o desemprego visariam atingir o poder instituído (Câmaras municipais, Governo) e fazer passar mensagens para as empresas da região e o operariado dessas fábricas e actividades. Não há contudo, e como já referi atrás, uma marca identificativa ideológica precisa em *O Jornal de Portimão*, ao contrário do *Vibração*.

A um outro nível, constata-se a presença de elementos culturais, como a alusão à qualidade dos filmes, conforme se lê numa das peças: “a empresa poderá reduzir o número de fitas para 7 ou 8, exibindo filmes escolhidos, onde se encontre arte e gosto” (*O Jornal de Portimão*, 18 de Abril de 1926), em vez dos 12 ou 13 filmes de péssima qualidade como de costume. Houve também peças noticiosas defendendo a necessidade de descontos nas entradas do cinema para aumentar públicos, bem como a narrativa habitual de acontecimentos desportivos (encontros de futebol), festas ao longo do ano e realizações políticas (eleições gerais e autárquicas).

4. Conclusões

Nascido em 1904 em Portimão, Armando de Miranda frequentou o Colégio Lusitano daquela cidade até ao quinto ano do liceu. Enquanto se dedicava aos jornais terá obtido emprego num banco (a investigação presente não identifica essa data). A colaboração com o jornal de Silves, *Vibração*, e o relato preciso de actividades culturais nessa cidade podem ser indício de mudança de residência.

No primeiro número de *Algarbh*, há referências a Julião Quintinha, o qual colaboraria com frequência nos jornais dirigidos por Armando de Miranda, inclusive o *Espectáculo*. Ora, Quintinha, oriundo de Silves, esteve na origem da Casa da Imprensa, em Lisboa. Profissionalmente, Quintinha era director da companhia de seguros Latina, podendo ter ajudado Armando de Miranda na fixação do emprego ligado à banca e na sua passagem para Lisboa. Ligado ao grupo de António Ferro na *Ilustração Portuguesa*, a colaboração de Julião Quintinha na publicação *Espectáculo* deu-se fundamentalmente no teatro.

Armando de Miranda ilustra um princípio que aponta para os jornalistas tirocinarem nos media regionais antes de entrarem nos nacionais (Franklin e Murphy, 1991; Santos, 2004). O jornalista veio de Portimão, onde escreveu e dirigiu meios regionais, para Lisboa, estando mais perto dos espectáculos, nomeadamente o cinema. A escrita (crítica, comentário, fazer notícias, dirigir) serviu para afirmar o seu conhecimento sobre a matéria e catapultou-o para o exercício da realização cinematográfica, de que o exemplo mais conhecido é o filme *Capas negras* (1947), com Amália Rodrigues no seu primeiro papel no ecrã.

Ao longo dos anos, deu-se um reconhecimento gradual da capacidade de Armando de Miranda e uma maior auto-confiança – o que o levaria a actividades de maior risco (intelectual, financeiro). Apesar de muito criticado, manteve persistente a actividade de realizador, do mesmo modo que se mantivera no jornalismo. Ambas desgastantes, o jornalismo e o cinema eram apoiados na profissão de bancário, embora ele acabasse por abandonar esta e dedicar-se em exclusivo, e durante algum tempo, ao cinema. Depois, voltaria à actividade bancária, e num outro país, não regressando ao jornalismo mas persistindo esporadicamente no cinema.

Bibliografia

Livros

Franklin, Bob, e **Murphy**, David, *What news? The market, politics and the local press*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1991

Artigos

Duarte, Fernando, “Apontamentos para uma biografia de Armando de Miranda”, *Celulóide*, 1976a, 228: 3-6

Duarte, Fernando, “Apontamentos para uma biografia de Armando de Miranda. Conclusão”, *Celulóide*, 1976b, 229: 3-7

Moutinho, Manuel, “Encontro com o cinema português”, *Textos CP*, pasta 25, 1983a, 291-302

Moutinho, Manuel, “Encontro com o cinema português”, *Textos CP*, pasta 25, 1983b, 421-432

Santos, Rogério, “Alberto Bessa e a sua história do jornalismo. Uma memória de cem anos”, *Jornalismo e jornalistas*, 2004, 19: 58-64

Santos, Rogério, “Jornalismo português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar”, *Media & Jornalismo*, 2005, 6: 83-94

s/n, “Armando Miranda a caminho do Brasil”, *Imagem*, 1951, 5

Sousa, Cândido, “Armando Miranda – um poeta algarvio e um realizador de cinema”, *O Debate*, 1956, 1 de Setembro

Jornais

Algarbh (1922)

Espectáculo (1936-1937)

O Jornal de Portimão (1925-1926)

Vibração (1931)